

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – COORDENAÇÃO DE COMPRAS – DIVISÃO DE
LICITAÇÃO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2019

PROCESSO: 23005.002346/2019-16

COMERCIAL DE ALIMENTOS ZAFIRA - EIRELI, pessoa jurídica de direito
privado inscrita no **CNPJ** sob o nº 32.605.118/0001-30, com sede na Rua 7 de Setembro, nº.
2541, Centro, Amambai – MS, CEP 79.990-000, vem respeitosamente, por intermédio de seu
sócio administrador VICTOR HUGO YOSHIHARU OGAWA, vem respeitosamente, na presença
de vossa senhoria, com fulcro no **ITEM 1** do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO UFGD Nº 31/2019**,
bem como do artigo 5º, inciso LV da Constituição da República apresentar a presente:

IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO


COMERCIAL DE ALIMENTOS ZAFIRA EIRELI
Rua Tiradentes, 1458 - Centro
CEP: 79904-504 - Ponta Porã/MS
Inscrição Estadual: 28.437.963-8
CNPJ: 32.605.118/0001-30

I - MOTIVAÇÃO DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO

Trata-se de pregão eletrônico destinado a selecionar empresas para eventuais e futuras aquisições de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, de pequena monta, para atender as demandas dos cursos de graduação e projetor da UFGD. Contudo, em seu item 1.1 o edital veda a participação de empresas que não tem sede ou filial na cidade de Dourados / MS.

Ao apreciar os termos do instrumento convocatório 31/2019, restou evidenciado que o Ministério da Educação em Dourados, não agiu com o costumeiro acerto, tendo em vista que publicou edital sem dar direito a ampla concorrência.


Restou claro e evidenciado que o Edital em questão tende a privilegiar empresa da cidade, pois veda a participação em caso de não ter sede ou filial na Cidade onde ocorrerá a Licitação e como já mencionado anteriormente, fere o direito a ampla concorrência para outras empresas com capacidade técnica para prestar o serviço com qualidade por vezes até melhor do que as fixadas no local indicado.

II – DA POSSIBILIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A DISTÂNCIA

O edital 31/2019 está impossibilitando que empresas de outras cidades tenham a oportunidade de participarem da ampla concorrência e proporcionar a Administração Pública a pesquisa de preço e melhor oferta, pois de é certo que com menos empresas participando do certame os valores poderão ser mais onerosos, pois a concorrência será menor.

É definido pela Lei 8.666 que:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)


COMERCIAL DE ALIMENTOS ZAFIRA EIRELI
Rua Tiradentes, 1458 - Centro
CEP: 79904-504 - Ponta Porã/MS
Inscrição Estadual: 28.437.963-8
CNPJ: 32.605.118/0001-30

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restringam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. (grifos nossos)

Veja Sr. pregoeiro, que a norma é clara quando determina que é vedado restringir ou frustrar o caráter convocatório estabelecendo preferências ou distinção de sede ou domicílio dos licitantes. Dessa forma o edital em questão está agindo ao contrário do que determina a Lei.

III – DOS PEDIDOS


Ante ao exposto requer a impugnante:

A) Seja retirada a exclusividade de participação na licitação apenas por empresas que possuam sede ou filial na cidade de Dourados / MS.

Nestes termos pede e espera deferimento

Belo Horizonte, 23 de agosto de 2019.


COMERCIAL DE ALIMENTOS ZAFIRA - EIRELI
CNPJ sob o nº 32.605.118/0001-30


COMERCIAL DE ALIMENTOS ZAFIRA EIRELI
Rua Tiradentes, 1458 - Centro
CEP: 79904-504 - Ponta Porã/MS
Inscrição Estadual: 28.437.963-8
CNPJ: 32.605.118/0001-30

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, a empresa **COMERCIAL DE ALIMENTOS ZAFIRA- EIRELI – EPP**, sendo firma mercantil limitada, estabelecida na Rua Tiradentes, nº 1458, Centro CEP 79.904-504, em Ponta Porã - MS, inscrita no **CNPJ: 32.605.118/0001-30**, neste ato representado pelo seu administrador, o Sr. **VICTOR HUGO YOSHINARU OGAWA**, brasileiro, solteiro, empresário, emancipado por concessão dos pais, conforme Escritura Pública registrada no 1º Tabelionato de Notas e Registro de Títulos e Documentos e Civil de Ponta Porã/MS, Livro nº 349 - Folha nº 162, residente e domiciliado à Rua Tiradentes nº 1459 - Bairro: Centro - Cep: 79.904-506 – Ponta Porã/MS, nascido em 25/06/2002 na cidade de Amambai/MS, filho de Yoshimitsu Ogawa e de Amélia Yukali Yamashita Ogawa, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.762.755 - SEJUSP/MS emitida em 08/06/2018 e CPF nº 038.434.491-71, constitui como seu **Bastante Procurador** a Sra. **MARIA ANA MARTINEZ ALÉM**, brasileira, solteira, residente e domiciliado à Rua Oswaldo Cruz de Andrade, n. 512 – Bairro: Boa Vista, CEP: 79990-000, nesta cidade de Ponta Porã/MS, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.710.786 SSP/MS e CPF 042.143.771-50, a quem confere poderes especiais para representá-lo, junto às repartições públicas em geral (federais, estaduais, municipais, autarquias, fundações e sociedades de economia mista) na região compreendida pelos Estados da Federação sendo: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Distrito Federal e Goiás, com plenos poderes para retirar editais e participar de licitações, apresentar documentos e propostas, participar de sessões públicas de habilitação e julgamento da documentação e das propostas, efetuar lances verbais ou virtuais proporcional a modalidade, assinar as respectivas atas, contratos, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar o direito de recursos, receber ordens de compras, notas de empenhos, assinar contratos de fornecimentos e / ou serviços, podendo, portanto, assinar e requerer o que for preciso, pedir vistas de processos, substabelecer esta, enfim participar de todos os atos necessários ao fiel cumprimento e desempenho do presente mandato como representante comercial autônomo, com o prazo de validade de 12 (doze) meses desta emissão.

O reconhecimento de firma não implica em aprovação ou aceitação do conteúdo do documento por parte do tabelionato.



RHAYNE ELIENNE CAROLA SANTOS
Escriturante Autorizada

1º OFÍCIO

VICTOR HUGO YOSHINARU OGAWA
RG 1.762.755 SEJUSP/MS
CPF: 020.158.261-90

Ponta Porã/MS, 17 de Maio de 2019.